

COMO A CONTABILIDADE PODE AJUDAR NO PROCESSO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Nayelle Line de Oliveira
Orientadora Maria Aparecida Pimenta

RESUMO

Diante do cenário atual das empresas e visando transparência contábil, este artigo tem como objetivo principal demonstrar a importância da contabilidade no processo de gestão empresarial ajudando no combate à fraude e à corrupção. Com isso, procurou caracterizar as principais funções da gestão contábil; discutir a evolução de práticas da contabilidade que conduzem a um perfil mais estratégico; observar funções de controle usados na contabilidade que subsidiam à tomada de decisões. Assim sendo, a partir de pesquisa bibliográfica, procurou priorizar autores especialistas na matéria, pesquisando em livros, artigos, teses e dissertações. Com o resultado da pesquisa foi possível concluir que através da avaliação de riscos e monitoramento de dados contábeis é possível inibir ações que possam conduzir a erros e fraudes. Portanto, torna-se importante que a área e suas funções passem a ser vistas como estratégicas. A exigência da participação da área contábil e de controle interno na averiguação de erros e fraudes deve compor responsabilidade primária e estruturação básica.

Palavras-chave: fraude; corrupção; contabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Dada a velocidade das mudanças em um mundo praticamente sem fronteiras, em que a Globalização venceu barreiras transnacionais e transculturais, importam às empresas processos diferenciados e atentos aos ambientes competitivos. As exigências do mundo de hoje implicam em proatividade e empreendedorismo, potencialidades estas que ocupam a pauta das empresas interessadas em crescimento. Estas empresas buscam meios de cada vez mais aprimorar seus processos e seu relacionamento com a clientela como maneira de se distinguir em mercados concorridos.

Além de se ocuparem com posturas inovadoras que a distinguem nos mercados de amplas características de competição, as organizações precisam se ater aos aspectos de legalidade que regem suas atividades. Ou seja, observa-se que operações desenvolvidas nas empresas, calcadas em normas com ligação direta ou não a aspectos financeiros envolvem

questões críticas que necessitam de gestão que assegure licitude. As operações, nesses casos, necessitam ser o mais transparente possível, para garantir posturas éticas.

Mas, por vezes, com justificativas infundadas, processos empresariais podem se deparar com fraudes e decisões não transparentes que maculam a imagem da instituição e exigem reposicionamento e correção imediata às propostas coerentes de avanço e desenvolvimento legais e sustentáveis. A ideia passa a ser, portanto, crescer, mas mantendo seu posicionamento compatível com a legalidade.

Nessa linha, mecanismos de gestão passam a integrar o rol de atividades e responsabilidades afetas às estratégias empresariais, com vistas à otimização de recursos, minimização de gastos e, conseqüentemente, maximização de resultados. Além disso, as empresas precisam se manter atentas a parâmetros legais que lhes assegurem licitude, ética e, assim, imagem de empresa responsável, com inteligência social, sendo sustentável, entre outros.

A contabilidade inserida nesse contexto de gestão pode considerar atuação conjunta às práticas organizacionais que controlam e inibem possíveis fraudes ou, ainda, mitigação de enganos. Assim, a contabilidade além de suas funções clássicas tradicionais passa a ser entendida como uma ferramenta estratégica operacional, possibilitando a consecução dos negócios empresariais, pautada nos princípios da legalidade, ética e sustentabilidade, minimizando e, em alguns casos, eliminando responsabilidades civis e penais.

Nesse estudo, a ideia é abordar a questão sendo seu tema: como a contabilidade pode ajudar no combate à fraude e à corrupção. Logo, para seu desenvolvimento a problematização de estudo está pautada exatamente na indagação formulada pelo tema, qual seja: como a contabilidade pode ajudar no combate à fraude e à corrupção?

É válido lembrar que a justificativa para seleção deste tema pauta-se, principalmente, em sua pertinência atual. Na realidade, importam aos executivos e profissionais deste contexto empresarial, bem como aos estudantes de administração, contabilidade e demais carreiras abrangentes de gestão, a reflexão sobre estratégias relacionadas ao ambiente de negócios do dia de hoje, que a cada momento revela-se inovador e competitivo. Portanto, conhecer as maneiras e facilidades de lidar com a contabilidade, não apenas sob o enfoque contábil, mas sob o prisma de gestão de negócios apresenta-se como mais uma oportunidade de aprofundamento do assunto.

Na realidade, o cenário de reestruturações e renovações em segmentos diversos de gestão como as áreas econômica, política, social, entre outras, impõe a necessidade de ferramentas que auxiliem ao melhor e eficaz de atividades e resultados, priorizando valores éticos, sustentáveis, inibindo práticas ilícitas e procedimentos inadequados. Nesse sentido, a contabilidade contribuirá em base de dados e monitoramento de registros, favorecendo análises e processos decisórios consistentes, sendo então de grande valia seu estudo de modo a manter a atualização da matéria.

Desse modo, o presente estudo se baseia em objetivos geral e específicos, conforme adiante discriminados. Como objetivo geral busca demonstrar a importância da contabilidade no processo de gestão empresarial, ajudando no combate à fraude e à corrupção. Também como objetivos específicos visa: caracterizar as principais funções da gestão contábil; discutir a evolução de práticas da contabilidade que conduzem a um perfil mais estratégico; observar funções de controle usados na contabilidade que subsidiam à tomada de decisões.

Por se tratar de tema de ampla abrangência, a delimitação do estudo se circunscreve aos processos de controle que norteiem uma organização em seus sistemas de gestão, levando em conta os recursos que a organização pode contar com auxílio da contabilidade para evitar prejuízos. Portanto, não se estenderá a práticas de fiscalização mantendo seu foco nas atividades específicas da contabilidade que primam pelos resultados em gestão empresarial.

Assim sendo, a partir de pesquisa bibliográfica, que procurou priorizar autores especialistas na matéria, o trabalho está distribuído em seções. Inicialmente, são apresentadas considerações gerais sobre as atividades e responsabilidades da contabilidade, sua evolução e práticas atuais. Em seguida, apresenta especificidades da contabilidade, com destaque para suas funções e aplicabilidade no contexto da gestão empresarial, sobretudo na prática de combate à fraude e corrupção. Por fim, se dedica à visão moderna atribuída à contabilidade no âmbito estratégico, discutindo, assim, elementos próprios a esse contexto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Iniciando o presente estudo, é indispensável abordar a contabilidade, seus princípios e fundamentos, bem como seu processo de evolução nos contextos de gestão empresarial.

2.1 CONTABILIDADE: CONTEXTO, FINALIDADES E REQUISITOS BÁSICOS

Martins (2010) indica que o surgimento da contabilidade pode ser associado ao movimento em que o homem se interessou em acumular e controlar bens. O autor, inclusive, relaciona o desenvolvimento da contabilidade influenciado pela Revolução Industrial, quando os métodos convencionais de produção artesanal sofreram enormes modificações advindas das novas técnicas manufatureiras. Antes da Revolução Industrial predominava uma contabilidade geral de cunho financeiro com foco em atender empresas comerciais.

Por muito tempo a contabilidade se apresentou exclusivamente por balancetes financeiros, considerando o sistema de partidas dobradas para registros contábeis. Como o processo de produção passou por reformulações e com a economia de escala, a apuração de resultados era baseada apenas no levantamento físico de estoques e no cálculo do faturamento pela soma dos estoques iniciais e das compras, subtraído dos estoques finais (ARAÚJO, 2017).

Já o desenvolvimento inicial das metodologias e técnicas contábeis se associou ao capitalismo, e, somente no início do século XX é que se observa uma estrutura de trabalho contábil mais formal focada em monitoramento de operações e acompanhamento de resultados. Mas, somente por volta do ano de 1925 é que se reconhece a contabilidade de custos, que foi aperfeiçoada chegando às atividades analíticas. No decorrer do século XX, padrões de auditoria, critérios de contabilidade pública, visões fiscal e tributária foram desenvolvidas e implementadas e em torno da década de 1970 a discussão acerca de um enfoque gerencial passou a ser incorporado aos padrões de trabalho com vistas ao subsídio para tomada de decisões (FRANCO, 2013).

Em torno dos anos de 1970 a contabilidade passou a assumir características próprias de um sistema de gestão, com postura proativa associada a visões estratégicas alinhando-se metas, procedimentos e prazos. Nessa época se falava em contabilidade de custos, conhecida por responder pelos registros e mensuração das informações financeiras ou não pertinentes às operações de uma instituição. Para tanto, metodologias de sistemas de custos e técnicas de classificação entre outras medidas eram consideradas em conformidade com os parâmetros legais vigentes e regras doutrinárias (MARTINS, 2010; FRANCO, 2013).

Mas ainda no século XX, um novo cenário é desenhado para uma contabilidade focada em resultados, mas que permeie as áreas, operações, processos e até mesmo o cotidiano das organizações. Nessa linha, enquadra-se a contabilidade com gestão, que pode ser entendida

como uma vertente especializada com várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos, mas com o propósito de gestão na construção e avaliação de análises financeiras sob o ângulo gerencial (CREPALDI, 2017).

Nesse enfoque da contabilidade cabem a análise e a preparação para planejamentos, em sua maioria, estratégicos, procurando assegurar resultados através do uso apropriado de recursos. Sendo assim, entende-se que uma gestão, com foco na continuidade da organização, não deve ser construída única e exclusivamente a partir de dados do passado. Ao avaliar custos, fornecendo informações sobre os mesmos em relação a bens, produtos e serviços, influi nas atividades, operações e processos a partir de sistemas de custeio, reunindo dados e informações tanto de registros oriundos de operações e processos padronizados e repetitivos como em relação aos posicionamentos e decisões de cunho estratégico, influenciando sobremaneira a definição, manutenção ou reformulação de políticas gerenciais (SANTOS, 2018).

Hoje, à contabilidade cabe a análise e a preparação para planejamentos, em sua maioria, estratégicos, procurando assegurar resultados através do uso apropriado de recursos. Um dos desafios da contabilidade passa a ser a busca pela construção de uma via alternativa, cuja essência seja resguardada, mas que se alinhe à proatividade, competência esta exigida em todos os segmentos de negócios (CALIJURI; LOPES, 2017).

Essa contabilidade é bem mais ampla do que as responsabilidades operacionais produtivas, sendo vertente que favorece à tomada de decisão a partir do panorama fornecido que não é composto unicamente de registros contábeis, mas também de informações de acompanhamento de resultados. Este procedimento aproxima-se das funções de controle, levando em conta que avaliar o desempenho real frente ao previsto no planejamento refere-se a prática de controlar, o que possibilita a adoção de ações corretivas (CALIJURI; LOPES, 2017; CREPALDI, 2017).

O objetivo de qualquer empresa e a meta de qualquer gerente é aumentar a produtividade, com otimização de recursos e minimização de custos. A contabilidade, nesse caso, contribui ao alinhamento entre as atividades desempenhadas, o montante de capital alocado e os níveis de retorno esperados. A contabilidade, ao ter como principal finalidade a orientação de gestão de empresas e seus negócios, tem de ser adotada em qualquer setor da economia, seja na iniciativa privada ou no poder público. Com foco em gestão, lida com prevenção de problemas e monitoramento de resultados, apoiando a tomada de decisões.

2.1.1 A importância da informação contábil

A evolução dos processos, em face de novas tecnologias e novos padrões de exigências de consumo impuseram o desenvolvimento de metodologias compatíveis à nova realidade. Processos decisórios passam a contar com suportes essenciais para que as organizações possam operar em cenários de acirradas concorrências. O controle de custos e sua gestão se inserem nesse contexto com elementos essenciais ao gerenciamento de resultados de uma empresa. A decisão como meio de alcançar metas e objetivos se baseia em informações de custos e suas prospecções. É nesse sentido, que a gestão contábil de custos pode ser compreendida, atualmente, como fundamentalmente estratégica (ARAÚJO, 2017; VICECONTI, 2017).

Para a análise estratégica, as atividades são classificadas como atividades organizacionais e atividades operacionais; os custos dessas atividades, por sua vez, são determinados por direcionadores de custos correspondentes. São fatores estruturais e de execução que determinam a estrutura de custo a longo prazo de uma organização (TEIXEIRA, 2016; ARAÚJO, 2017).

Assim, hoje em dia, sob a visão estratégica, por custo se entende o valor dos bens e trabalhos consumidos na produção de outros bens ou serviços. Parece fácil a função de apurar um custo, pois se trata, apenas, da verificação de todos os recursos consumidos pela empresa e sua distribuição pelos produtos ou serviços oferecidos. Ao se considerar, porém, a complexidade dos métodos de trabalho das empresas, a existência de gastos indiretos para ajudar a produção, entre outros, percebe-se que essa ação não é de fácil resolução.

Desse modo, verifica-se que a contabilidade, que pretendia apenas a avaliação por números relacionados a um determinado prazo referentes a resultados, evoluiu conduzindo a novas práticas em que se associam vertentes estratégicas. Tal processo se une às propostas de gestão empresarial. A ideia deixa de ser somente registro, mas sim antecipar e prever, de modo que haja o acompanhamento de dados (CREPALDI, 2017; VICENCONTI, 2017).

Sendo assim, a função gerencial se associa à proposta da contabilidade, sobretudo, nos processos decisórios e de gestão financeira, sendo objetivos nesse cenário integrado de custos e acompanhamento gerencial:

- Manutenção de dados e informações mediante inventários sistematizados e periódicos de produção, incluindo valores referentes à saída do bem produzido e de permanência em estoque de matéria-prima;
- Identificação de valores no ciclo produtivo, tanto de produtos finais como os em processamento;
- Preparação de demonstrativos com informações relativas a custos de produção identificando e classificando etapas e tipos de processo como base para cálculos de lucros e/ou prejuízos;
- Planejamento contemplando atividades de controle apoiadas em análises dos comportamentos de custos no mercado;
- Cálculo e elaboração de orçamentos com detalhamento sobre despesas e custos produtivos para assim indicar custo padrão de produção;
- Indicação e recomendação de volume de produção, levando em conta tanto o ponto de equilíbrio, como a capacidade física da organização (SANTOS; WINDSOR, 2016).

Além de tais princípios, há diretrizes básicas para que a contabilidade seja direcionada como alicerce aos processos decisórios:

- estruturação e composição do valor para comercialização de produtos e bens;
- identificação da necessidade de ajustes nas linhas de produção com a recomendação, por exemplo, de retirada de determinado produto ou maximização e investimento em outra frente;
- apuração de melhores formas operacionais que levem em conta organização interna de processos e/ou contratação da prestação do serviço especializado através dos recursos da terceirização;
- base de avaliação para estruturação produtiva no sentido de crescimento a partir do aumento de demandas
- avaliação de processos que indiquem os melhores caminhos para aquisição de bens ou contratação de serviços, com a percepção de práticas de locação ou compra (SANTOS et al, 2006).

A partir de tais premissas, considera-se que a gestão contábil é compreendida como alicerce à tomada de decisão, na medida em que fornece elementos as escolhas táticas e estratégicas, bem como apresenta-se como suporte ao monitoramento e controle de custos evidenciando enquadramentos parametrizados previamente nos respectivos planejamentos estratégicos empresariais (SANTOS et al, 2006; MARTINS, 2010).

Nessa linha, há de ser considerar ainda a gestão de tributos como parte do planejamento contábil com adequação de eventos e recolhimentos, cabendo funções essenciais para estruturação deste contexto. Nesse caso, a contabilidade atua juntamente à interpretação fiscal dos encargos, cabendo confrontação e verificação de transparência e correção nas opções realizadas. Outras medidas exclusivamente administrativas podem ser levadas em conta, isto é, com base nos dispositivos legais enquadra-se em situações de maior interesse para a empresa. Também medidas de caráter judicial podem ser tomadas com vistas à minimização e enquadramento de faixas para tributação (CALIJURI; LOPES, 2011; SANTOS; WINDSOR, 2016).

Outro avanço que se percebe no âmbito das funções e responsabilidades da contabilidade apontam para o emprego da contabilidade de custos como instrumento da contabilidade gerencial, em que se reconhecem atividades de responsabilidade da área contábil:

- controlar e fixar um valor para os estoques;
- ajudar a fixar um limite máximo para as reduções de preço;
- determinar os produtos mais rentáveis e os não-rentáveis;
- detectar perdas, desperdícios e roubos;
- estabelecer vínculos com contas financeiras;
- separar o custo da ociosidade do custo de produção dos bens;
- auxiliar na identificação de preços de produtos, avaliando possibilidades de descontos, promoções etc. (IDEM).

Considerando sua maior importância do que meramente as informações sobre custos e medidas de performance, os dados devem ser obtidos e analisados dentro de um contexto mais amplo, considerando também os objetivos estratégicos da organização e os resultados a longo prazo. O painel de indicadores gerenciais deve ir além dos indicadores numéricos, por mais importante que sejam, para contribuir efetivamente a processos analíticos e decisórios (ROCHA, 2017; SILVEIRA et al, 2018).

Nakamura (2017) esclarece que para o auxílio aos planos de melhorias de desempenhos, no ambiente de moderna gestão, evolui-se para a avaliação em que são identificados fatores causadores de problemas, embargos, obstáculos, dificuldades, para então se assumir uma postura de correção. Logo, o sistema de informação gerencial da contabilidade deve gerar adequados padrões de avaliação.

A gestão das empresas, até bem pouco tempo, valia-se, essencialmente, de relatórios estatísticos, sem abordar a questão integrada; mas, no novo ambiente de excelência administrativa, faz-se necessários relatórios adicionais, com enfoques diferenciados. A implantação desta filosofia acarretou importantes mudanças no comportamento gerencial, ao exigir o envolvimento e o comprometimento de todos. O acompanhamento e avaliação de resultados de uma organização não podem levar em conta somente um ou alguns setores e fluxos de trabalho, mas sim a instituição como um todo, seu funcionamento, gastos, investimentos e processos operacionais, de controle e gerenciais (CHIAVENATO, 2014; ROCHA, 2017).

2.1.2 Auditoria contábil

As práticas da auditoria contábil, conforme esclarece Crepaldi (2010), asseguram o cumprimento de regras estabelecidas e normas vigentes. Nesse caso, a empresa vigilante de seus planos e resultados de modo sistemático e organizado certamente concorrerá com armas reais angariando vantagens em suas negociações.

A auditoria, segundo Almeida (2010), pode ser compreendida como exame analítico e pericial de operações e procedimentos. A auditoria contábil é a mais conhecida e está voltada aos processos da contabilidade envolvendo registros e balanço. A evolução dos cenários de negócios trouxe um novo papel para a auditoria, que, de acordo com Alves et al (2017), passou a ser considerada estratégica, podendo ser vista como ferramenta na gestão dos negócios, com vistas à prevenção de problemas ou correção imediata dos mesmos.

No que se refere ao processo tributário, a auditoria avalia a situação e subsidia os processos contábeis, como por exemplo, a tarefa de acompanhamento e adequado enquadramento em faixas de tributação. Da mesma forma, poderá subsidiar processos econômicos e financeiros com vistas a conferência de enquadramentos e configurações para

submissão a critérios de empréstimos e financiamentos em linhas gerais. As medidas contábeis devem estar em conformidade com os mecanismos legais em vigor (CALIJURI; LOPES, 2011).

Almeida (2010) informa que podem ser considerados dois tipos de auditoria, a frequente ou periódica e a casual ou eventual. Na primeira, observa-se a auditoria de praxe, estabelecida nas agendas da empresa. Geralmente, tem por objetivos a verificação dos procedimentos em comparação à produtividade e custos. Já no segundo caso, embora semelhante ao primeiro em relação à execução, é deflagrada a partir da identificação ou suspeição de problemas.

Araújo; Sanches (2016) também classificam a auditoria em dois tipos distintos, sendo a interna e externa. Na primeira encontra-se a proposta de acompanhamento da rotina funcional da empresa, enquanto a segunda, habitualmente, atende à legislação vigente, no que diz respeito, por exemplo, a práticas financeiras, para publicação de balanços.

A auditoria contábil deve estar baseada em padrões e a avaliação é realizada por meio da comparação do desempenho com os resultados daquilo que se pretende controlar. As fontes para a auditoria são os próprios processos e operações existentes na organização. Lizote et al (2017) consideram que mesmo a essência da auditoria residindo em uma técnica contábil sua abrangência passa a ser entendida como estratégia de gestão.

Desse modo, Almeida (2010) lembra que a auditoria deve ser vista como ferramenta importante de controle interno, incluindo modelos padronizados que englobam as auditorias operacionais, de balanço, de processamento eletrônico de dados e contábil.

Crepaldi (2010) explica que na auditoria operacional a base dos levantamentos consiste nos registros contábeis onde são praticamente analisadas as operações de cada área ou órgão de uma empresa ou organização. A auditoria de balanço reflete a análise, julgamento e opinião em relação aos resultados e demonstrações financeiras de um determinado período. Em relação à auditoria de sistemas de informática, tem seu foco em controles processados eletronicamente, com a atuação conjunta de auditor especialista contábil e outro profissional qualificado em informática, de modo que ambos possam desenvolver a análise crítica do programa usado e seus resultados. A auditoria contábil é deflagrada tanto com foco preventivo como corretivo, podendo partir de controvérsias, dúvidas e discordâncias.

2.1.3 O controle interno no âmbito contábil

Silveira et al (2018) lembram que as ações da controladoria têm a principal função de manter análises comparativas das situações previstas e alcançadas, com planejamento e execução em etapas:

- Acompanhar as metas e objetivos organizacionais;
- Analisar e monitorar o cenário no qual a empresa opera, considerando fatores externos de riscos e oportunidades;
- Participar das definições de estratégias e táticas para o atingimento das metas empresariais;
- Estudar e apresentar planos de medidas proativas para assegurar resultados.

O controle interno deve fazer parte das rotinas inerentes ao fluxo de caixa como instrumento de trabalho, segundo Silveira et al (2018). Os autores, inclusive, informam que as funções inerentes ao controle interno começaram sendo delineadas no acompanhamento do caixa. A elaboração de um fluxo de caixa pressupõe a definição de alguns importantes critérios, sobretudo quando da sua elaboração por projeção: definir a projeção cabível; montar o plano de contas e estruturar o esquema geral do sistema. Seu objetivo consiste em mostrar as disponibilidades existentes dentro da organização.

Torna-se importante para o controle interno conhecer e acompanhar a influência nos resultados da empresa. Alguns autores destacam que a área comercial decide os prazos de faturamento a conceder aos clientes e o caixa sofre as consequências. Para Carvalho; Vieira (2015), quando o resultado definido é o lucro, por exemplo, a geração de caixa, os prazos e mesmo o *timing* de faturamento forem considerados resultados a alcançar, fica mais fácil estabelecer um acompanhamento dos resultados globais da empresa.

2.2 GESTÃO EMPRESARIAL E A IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS

Chiavenato (2014) considera que o ambiente de negócios de porte globalizado induziu ao surgimento de novos conceitos e instrumentos, além de novas concepções que pressupõem a necessidade de um maior conhecimento sobre os dados contábeis nas empresas, com base na utilização de informações cada vez mais amplas sobre o mercado e a situação financeira e patrimonial concreta das organizações. A contabilidade com a função precípua de proporcionar as informações necessárias para uma correta decisão e avaliação de alternativas. Portanto, com

a evolução de cenários, a complexidade encontrada nas decisões deve contar com o mesmo nível de suporte contábil.

Na gestão empresarial é necessário reconhecer a importância de metas e objetivos no contexto de negócios, mas também as diretrizes referentes aos modelos e padrões de gestão adotados na condução de processos e operações produtivas. A elaboração e a direção de planejamentos coordenadas pelos mais altos níveis hierárquicos da empresa, incluindo o estabelecimento de objetivos, e as operações e estratégias a serem empreendidas para sua consecução tomam por base as condições atuais e futuras do ambiente externo, bem como os aspectos internos da empresa (ROCHA, 2017).

Na gestão empresarial, segundo Gil; Arima (2018), a importância atribuída ao processo de criação da missão e visão resulta em uma organização coerente, alinhada e produtiva. Além disso, a clara identificação de objetivos e estratégias deve fazer parte do programa de comunicação da empresa, de forma a garantir a transparência e o conhecimento de todos sobre as propostas e pretensões empresariais, bem como a contribuição e responsabilidade que cada área e profissional pode e deve empreender ao alcance dos mesmos.

A clara percepção das oportunidades externas que se apresentam no cenário econômico, obtendo, portanto um melhor proveito das mesmas é possibilitada pela declaração da missão e visão, como também a estipulação de metas. Este processo contribui para o direcionamento dos esforços de todos os funcionários da empresa para pontos de interesse comum. Através de sua implementação, todos os membros da organização tornam-se conscientes da missão, propósitos, macro estratégias, macro políticas, objetivos gerais, postura estratégica, objetivos funcionais, metas e projetos da empresa, participando da elaboração dos programas de atividades das várias unidades que integram a estrutura organizacional (SILVEIRA et al, 2018).

No que se refere à gestão empresarial, importa reconhecer em linhas gerais ações relacionadas às áreas administrativa e financeira, compostas por um conjunto de princípios, procedimentos e técnicas que reúnem base contábil, de economia e administração, como demais áreas de conhecimento as quais se ocupam da gestão econômica (ROCHA, 2017; SILVEIRA et al, 2018).

Portanto, a contabilidade desempenha importante função na gestão de resultados empresariais, sobretudo, no monitoramento e averiguação de informações relevantes para a tomada de decisões no contexto da organização considerando o macroambiente em que está inserida. Por isso, seu principal objetivo, nesse caso, é apoiar a gestão econômica baseada na

orientação para os resultados desejados, mensurados segundo conceitos econômico-financeiros (GIL; ARIMA, 2018).

Compreende-se, desta maneira, que sua missão reside não apenas no registro de dados financeiros e contábeis, mas também no apoio à otimização de recursos, através da avaliação e acompanhamento de resultados econômicos da organização, com vistas ainda à integração dos esforços de diversas áreas (AVALOS, 2012). Assim, advêm os demonstrativos de resultados financeiros, que contribuem à análise dos ativos, passivos e patrimônio das organizações.

Considerando esta mesma linha de pensamento, Rocha (2017) entende que a ação da contabilidade na empresa moderna é da maior relevância. Esta exerce papel preponderante apoiando decisões e apresentando subsídios para o planejamento e controle das atividades operacionais, comerciais, financeiras, administrativas e demais, por meio de sistema de informações que contemple a integração de funções e especialidades. Exerce força para influir de forma definitiva nas decisões dos gestores das organizações e deve estar presente no planejamento e no controle, inserindo-se no escopo dos sistemas de gestão.

2.2.1 Bases da gestão empresarial

Os planejamentos em gestão empresarial, quanto realizados para curto prazo podem facilitar um controle total da rotina e de todas as outras operações, através de inspeções regulares. Porém, metas e estratégias planejadas para consecução em médios ou longos prazos podem exigir instrumentos de monitoramento que demandem maior estrutura e, ainda, assim, passíveis de não serem minuciosamente acompanhados. Obviamente, terão seus processos regulados, mas não como no caso de operações mais breves (CALIJURI; LOPES, 2011).

Portanto, Gil; Arima, (2018) lembram que a partir do momento em que as organizações passaram a desenvolver novas filosofias de excelência empresarial, no início dos anos de 1960, a função da contabilidade foi significativamente afetada. Seu principal desafio, nos últimos tempos, tem sido dar suporte a decisões, considerando dados apurados e registros contábeis.

2.2.2 Fraudes e Corrupção

A definição de fraude envolve a prática deliberada de um erro. Em todos os casos a ideia central é de angariar algum benefício ou vantagem própria de maneira ilícita. Possivelmente rompendo regras ou ainda enganando pessoas e alterando processos. Tanto o desfalque de monta como a adulteração de documentos e informações representam fraudes (ARAÚJO; SANCHES, 2016).

Ambos os comportamentos podem estar atrelados ou não a comportamentos corruptos. Na realidade, a corrupção conduz a prática de ações ilegais para que alcance o que se pretende de modo ilegal. Em alguns casos, a ilegalidade acaba constituindo a principal rotina e se transforma em prática inobservada (CARVALHO; VIEIRA, 2015).

Há de se observar ainda a questão do erro ou equívoco de procedimentos que não podem ser considerados como fraudes ou princípios de corrupção. A questão se atrela a displicência ou falta de competência para o exercício da função. No entanto, existe o erro proposital, em que registros são cometidos de modo incorreto para facilitar operações futuras que envolvam ações fraudulentas. Muitas vezes, autores consideram essa situação como distorções e não erros.

Alguns processos têm mais fragilidade e são mais propensos a erros e podem iniciar fraudes. É necessário que as organizações a se estruturarem tenham certeza das competências éticas e de princípios legais de seus quadros funcional, gerencial e diretivo. De igual modo, operações que não resultem em registros oficiais e formais normalizados ficam vulneráveis a alterações que não estejam previstas de forma correta e legal. Daí, também a necessidade de a empresa manter seus controles em registros, com rotinas definidas e práticas de procedimentos esquematizados em consonância aos princípios da legalidade (ARAÚJO; SANCHES, 2016).

A avaliação permanente de processos e procedimentos mediante avaliações de parâmetros e diretrizes legais contábeis são meios que podem minimizar esse contexto ilícito. Ações, práticas e funções do controle interno inserido nos afazeres da contabilidade são caminhos que podem e devem ser estruturados a fim de assegurar a correção de operações empresariais (ALMEIDA, 2010).

2.3 A ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE FRENTE A FRAUDES E CORRUPÇÃO

A atuação do controle interno no escopo da contabilidade está relacionada à minimização de problemas contábeis. Cada vez mais estes serviços assumem o papel de

destaque no contexto de gestão de negócios. Estes problemas, em grande parte, relacionam-se a provisões e operações financeiras. Existe situação de apropriação de valores recebidos que não ocorrem e que podem gerar distorções na consolidação contábil. Da mesma forma, operações apropriadas a partir de notas promissórias ou empréstimos pré-fixados e, que, posteriormente, recebem descontos não previstos também necessitam de ajustes. Outras alíneas também podem apresentar questões problemáticas como, por exemplo, as contas relativas à depreciação, reservas técnicas e financeiras dentre outras (ALMEIDA, 2010).

Carvalho; Vieira (2015) destacam o papel preventivo em consonância às políticas da contabilidade e do controle. Segundo Castro (2018), com o intuito de apurar questões que venham a resolver problemas contábeis, os indicadores mais analisados são:

Solvência Geral (SG): serve para avaliar as obrigações assumidas com terceiros, exigíveis a qualquer prazo. Castro (2018) explica que a solvência ideal surge com o resultado indicando as exigibilidades a curto e longo prazos. Contudo, deve-se considerar que o exame isolado do grau de solvência não é suficiente para indicar se a normalidade da situação é satisfatória, regular ou suficiente. É preciso a análise comparativa desse grau em uma série histórica de exercícios, usando outros indicadores.

Outro ponto analisado, segundo Castro (2018) corresponde ao Endividamento com Terceiros (ET), que expressa a relação de capital de terceiros com o Ativo Total. O autor esclarece que se consideram as situações/problemas abaixo:

- Quanto menor o índice ET maior será a capacidade financeira da empresa.
- Quanto maior o índice ET menor será a capacidade financeira da empresa.
- ET próximo de zero revela que a empresa está operando com quase autonomia financeira.

Ainda se avalia, segundo Castro (2018), o Endividamento do Capital Próprio (EP), que expressa a relação do capital (patrimônio líquido) com o Ativo Total. A solução de problemas contábeis pela análise desse indicador permite algumas conclusões, de acordo com o autor, ligadas as condições de financiamentos e os comprometimentos a partir deles.

A Garantia de Capital de Terceiros (GT) é outro indicador apurado com vistas a verificação de problemas contábeis em atinência ao Patrimônio Líquido e ao Passivo Exigível.

Essa análise permite conclusões importantes sobre a empresa no mercado, como segurança para os que emprestaram capital à empresa.

A Liquidez Geral (LG) pode ser apontada como último item recomendado à análise, pois aponta a capacidade financeira da empresa, considerando bens e direitos levando em conta as obrigações assumidas, sendo essa uma área em que incidem grandes problemas contábeis, conforme esclarece Castro (2018).

Para Nakamura (2017), a interpretação dos resultados apurados quando da aplicação de fórmula para cálculo dos indicadores citados, favorece importantes conclusões referentes aos bens e direitos em longo prazo e, de um modo geral, como se encontra a situação da empresa, tanto em termos administrativos como, principalmente, financeiros, observando-se sua potencialidade no mercado.

Carvalho; Vieira (2015) explicam a exigência da participação de auditoria contábil na averiguação de erros, fraudes e processos envolvendo a corrupção. A responsabilidade primária pela estruturação básica de controle interno e seu periódico acompanhamento sobre qualidade e grau de observância é da direção e seus níveis gerenciais. Cabe a contabilidade manter a confirmação desses dados e informações.

A função principal não é a de detectar fraudes ou erros, mas prevenir e coibir reincidências. Para isso devem ser identificadas áreas de risco, sendo estabelecidos controles para uma cobertura adequada. Para prevenir fraudes, bem como evitar a corrupção, é de suma importância a atuação contínua baseada em relatórios e monitoramentos contábeis (ORÍFILHO, 2011; CARVALHO; VIEIRA, 2015).

Calijuri; Lopes (2011), no entanto, ponderam que a ação de controlar pode, muitas vezes, repercutir em larga escala sobre a totalidade da organização, contrapondo-se ao enfoque puramente contábil. A auditoria contábil vai além da questão do controle operacional para atingir um patamar tático e, posteriormente, estratégico. Lida com informações e dados nesse sentido, sendo este o material de trabalho, a fim de que sejam consolidados procedimentos e, assim, identificados melhores caminhos a serem seguidos; novas decisões a serem tomadas; pequenos ou grandes ajustes a serem implementados; medidas preventivas a probabilidades de incorreções, entre outros.

Apoiado em bases da contabilidade, a visão deve ser multidisciplinar sendo um dos alicerces para o entendimento sobre gestão econômica, que, por sua vez, leva em conta conceitos e metodologia de operacionalização:

- o modelo de gestão deve considerar um conjunto de definições relativas ao processo de gestão empresarial;
- o resultado econômico é o melhor indicador da eficácia empresarial;
- o resultado econômico é a base para a tomada de decisões;
- as informações requeridas pelos gestores são devidamente suportadas por sistemas de informações.
- a empresa é constituída sobre o pressuposto da continuidade;
- a empresa é um sistema em constante interação com seu ambiente.

Assim, a interação multidisciplinar é verificada pela agregação de conceitos das áreas de economia, administração e sistema de informação, entre outras, requerendo que a contabilidade tenha conhecimentos para o trabalho.

3. METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, foi feita a análise bibliográfica sobre artigos e livros publicados sobre o tema “Como a Contabilidade pode ajudar no combate à fraude e corrupção” assim, se aprofundará na investigação sobre o objeto de pesquisa que será bibliográfica, elaborada por meio dos livros contidos na Biblioteca Martinho Lutero do ILES/ULBRA DE Itumbiara, como também em buscas em sites considerados confiáveis com Scielo, Universidades, entre outros. Também se utilizará de pesquisa feita na Biblioteca Pearson. A busca pelos artigos se efetuará com a utilização das palavras chave: fraudes, corrupção e contabilidade.

Este trabalho transcorrerá a partir do método conceitual analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com nosso objetivo, para construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo e visando embasamento para que possamos chegar ao ponto central da problematização.

Ainda, utilizado a classificação da pesquisa como aplicada, com objetivo descritivo, e abordagem qualitativa.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando a atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto.

As referências utilizadas neste trabalho, sob algumas de suas características, não apresentam previsões reversíveis, já que as possibilidades de análise são inúmeras quando se trata de artigos e livros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o estudo destaca-se a importância, atualmente, das atividades da contabilidade. Em face dos avanços tecnológicos, mudanças rápidas no mercado globalizado e demais outros fatores que contribuem para uma nova dinâmica organizacional, as empresas precisam estar atentas e manter sistemas de controles e monitoramentos a partir da contabilidade, incluindo também o desempenho da auditoria contábil.

Verificou-se, no estudo, que a contabilidade tem papel fundamental no sentido de otimizar os fatores financeiros e de acompanhamento de dados tanto para subsidiar processos decisórios como para assegurar enquadramento e escolhas legais. Desta maneira, cabe ao processo de contabilidade exercer papel fundamental na consecução de resultados empresariais, com ações preventivas e corretivas, que inibam fraudes e comportamentos relacionados à corrupção, averiguando registros e a confiabilidade de comprovantes.

Desse modo, destaca-se a essencialidade da adoção de estratégias por parte das organizações que almejem sobreviver às oscilações do mercado e às investidas dos muitos concorrentes. Dentre o ferramental do moderno administrador de empresas, a contabilidade está se mostrando como instrumento fundamental, como essencial para primar por melhores procedimentos e resultados com propostas de transparência em suas operações de abrangência contábil, financeira e patrimonial, efetivamente colaborando à minimização de dificuldades.

Nesse âmbito, a contabilidade é responsável por processos de trabalho que envolvam demonstrativos, autorizações, trâmites, que integram o rol de atividades empresariais. Nesse sentido, os relatórios produzidos e as rotinas legais cumpridas podem resultar na atuação por etapas de trabalho como no acompanhamento das atividades realizadas internamente na

empresa referentes aos processos e operações específicas, assegurando a correção dos trabalhos no que tange a custo, qualidade e demais indicadores de resultados.

Em se tratando de fraudes e corrupções, a questão moralizadora pode ser vista pelos processos da contabilidade, a partir das atividades formais de controle interno. O controle interno deve fazer parte das rotinas inerentes a finanças, desde gastos a demonstrativos. As funções relativas ao controle interno a partir da contabilidade, na verdade, se enquadram em todos os processos organizacionais. Suas ações e responsabilidades agem na mitigação de fraudes, reduzindo riscos de modo a subsidiar a moralização de contextos organizacionais em que existe o risco de fraude e de operações propensas a erros.

No estudo, verificou-se que através da avaliação de riscos e monitoramento de dados contábeis é possível inibir ações que possam conduzir a erros e fraudes. Portanto, torna-se importante que a área e suas funções passem a ser vistas como estratégicas. A exigência da participação da área contábil e de controle interno na averiguação de erros e fraudes deve compor responsabilidade primária e estruturação básica.

A organização deve levar em conta não somente o controle interno, mas também medidas determinadas e padronizadas de ações que inibam erros, fraudes, além de atuar de modo preventivo, reduzindo risco de corrupção. Sua base deve estar respaldada em documentos internos e leis, mas a empresa precisa difundir valores éticos e práticas legais fortalecendo uma cultura compatível com esses princípios.

Assim, ao final por representar assunto de ampla abrangência, atual e de grande interesse, encerra-se o estudo com a sugestão para que novas pesquisas sejam realizadas com foco em avaliações de práticas éticas e legais a partir dos desempenhos e responsabilidades contábeis.

ABSTRACT

This article aimed to demonstrate the importance of accounting in the business management process, helping to combat fraud and corruption. With this, it sought to characterize the main functions of accounting management; discuss the evolution of accounting practices leading to a more strategic profile; observe the control functions used in accounting that support decision making. Thus, from bibliographic research, sought to prioritize authors experts in the field, searching in books, articles, theses and dissertations. With the result of the research it was possible to conclude that through risk assessment and monitoring of accounting data it is possible to inhibit actions that may lead to errors and fraud. Therefore, it is important that the area and its functions become strategic. The requirement for the accounting and internal control

area to participate in the investigation of errors and frauds should comprise primary responsibility and basic structuring.

Keywords: fraud; corruption; accounting.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, A. C. et al. Auditoria interna em uma empresa atacadista: um estudo de caso na percepção dos auditores e auditados quanto às práticas de auditoria interna. **RAGC**, v. 5, n. 18, 2017.

ARAÚJO, I. P. S. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2017.

ARAÚJO, J. A. O.; SANCHES, J. S. **A percepção dos gestores de uma empresa do setor de autopeças estabelecida no Brasil frente atuação da auditoria interna**. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE). Março. Passo Fundo–Rio Grande do Sul. Brasil, 2016.

CALJURI, M. S. S.; LOPES, A. B. **Gestão tributária: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, D. P. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no setor público**. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, A. R.; VIEIRA, E. T. V. **A Importância da Auditoria Interna e do Controle Interno, na Redução de Fraudes nas Instituições Financeiras**. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 1, n. 2, p. 229-246, 2015.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Manole, 2014.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: Teoria e prática**. 8ª ed São Paulo: Atlas, 2017.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIZOTE, S. A. et al. **Percepção dos auditados sobre a qualidade dos Serviços da auditoria interna**. Anais da Semana Científica e de Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Gestão, v. 2, n. 1, 2017.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAKAMURA, W. T. **Gestão: controle interno, risco e auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, A. F. J. **Auditoria interna, suas contribuições em uma empresa industrial de médio porte situada no município de Castro Alves-BA**. TCC Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira (BA), 2017.

SANTOS, F. A.; WINDSOR, E. V. **Contabilidade de Custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, J. L. et al. **Fundamentos de Contabilidade de Custos**. 22.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SANTOS, M. A. **Contabilidade de custos**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28063/1/Contabilidade%20de%20Custos.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SILVEIRA, F. C. et al. Avaliação de desempenho da auditoria interna: a perspectiva da literatura científica internacional. **RAGC**, v. 6, n. 24, 2018.

TEIXEIRA, A. B. A contabilidade de gestão na Administração Pública, uma evolução sustentada. **Anais do XVII Encontro AECA, AECA/IPB, Bragança (SP)**, 2016.

VICECONTI, P. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Saraiva, 2017.